

ANALFABETISMO FUNCIONAL E DIREITOS HUMANOS: CONTRADIÇÕES

FUNCTIONAL ILLITERACY AND HUMAN RIGHTS: CONTRADICTIONS

ANALFABETISMO FUNCIONAL Y DERECHOS HUMANOS: CONTRADICCIONES

Antônio Barbosa Pereira Neto¹
Alboni Marisa Dudge Pianovski Vieira²

Resumo

O analfabetismo entre a população brasileira é persistente e, mesmo com as políticas públicas implementadas no decorrer da história, não foi possível baixar os índices para padrões compatíveis com o nível de desenvolvimento do país. Este artigo tem por objetivo, portanto, compreender o que é analfabetismo funcional, apresentando suas contradições com o exercício pleno dos Direitos Humanos. Os objetivos específicos são: conceituar o que é analfabetismo funcional; verificar índices mais recentes de acordo com dados de institutos oficiais; identificar contradições com os direitos humanos proclamados pela ONU, em 1948. Trata-se de pesquisa de caráter bibliográfico e documental. Os resultados indicaram ter havido uma melhora significativa com relação à queda do analfabetismo funcional e do analfabetismo em si no país, porém ainda insuficiente. Considera-se possível, no entanto, a depender da vontade política das autoridades, estimular uma melhora consistente em relação à questão analisada.

Palavras-chave: analfabetismo; educação; direitos humanos.

Abstract

Illiteracy among the Brazilian population is persistent, and, even with public policies implemented throughout the country's history, it has not been possible to lower rates to standards compatible with the country's level of development. This article aims, therefore, to understand what functional illiteracy is, presenting its contradictions with the full exercise of Human Rights. The specific objectives are to conceptualize what functional illiteracy is, to check the most recent indices according to data from official institutes, and to identify contradictions with human rights proclaimed by the UN in 1948. This is bibliographic and documentary research. The results indicated that there was a significant improvement in relation to the drop in functional illiteracy and illiteracy itself, in the country, but still insufficient. It is considered possible, however, depending on the political will of the authorities, to stimulate a consistent improvement in relation to the issue analyzed.

Keywords: illiteracy; education; human rights.

Resumen

El analfabetismo entre la población brasileña es persistente y, con políticas públicas implementadas a lo largo de la historia del país, no ha sido posible reducir las tasas a estándares compatibles con el nivel de desarrollo del país. Ese artículo pretende, por lo tanto, comprender qué es el analfabetismo funcional, presentando sus contradicciones con el ejercicio pleno de los Derechos Humanos. Los objetivos específicos son: conceptualizar qué es el analfabetismo funcional; consultar los índices más recientes según datos de institutos oficiales, identificar contradicciones con los derechos humanos proclamados por la ONU en 1948. Se trata de una investigación bibliográfica y documental. Los resultados indicaron que hubo una mejora significativa en relación con la disminución del analfabetismo funcional y del analfabetismo propiamente dicho, en el país, pero aún insuficiente. Se considera posible, sin embargo, dependiendo de la voluntad política de las autoridades, estimular una mejora consistente en relación con el tema analizado.

¹ Licenciado em Educação Física. Especialista em Gestão de Docência no Ensino Superior. Mestrando em Educação (PUCPR). Professor da Escola Estadual Professor Lauro Chaves. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5058-267X>. E-mail: netobarbosaap@gmail.com.

² Mestre e Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3759-0377>. E-mail: alboni@alboni.com.

Palabras clave: analfabetismo; educación; derechos humanos.

1 Introdução

Hoje em dia, fica cada vez mais evidente a importância de se ter boa interpretação de texto, associada à boa leitura e, conseqüentemente, ao bom domínio da escrita. Apesar de se exigir que, ao final do quinto ano do Ensino Fundamental, o aluno saiba ler e escrever, sabe-se que não é a realidade que se vive, pois o índice de analfabetismo no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), apesar de ter diminuído no decorrer dos anos, ainda é considerado alto. Por sua vez, o chamado analfabetismo funcional também vem decrescendo, mas, de acordo com o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2015), não foi possível ainda alcançar o nível desejável. Pode-se afirmar que ambos se encontram elevados.

Essa situação tem impacto direto na economia e no desenvolvimento do país, pois um indivíduo que tem boa formação, em tese, será um bom profissional. Essa formação não precisa ser necessariamente de nível superior, mas pode ser também de nível técnico. Relacionado a isso, ouve-se muito a frase que diz que se tem muito emprego, porém falta mão de obra qualificada.

A falta dessa mão de obra qualificada se dá muitas vezes pela evasão nas escolas, já que muitos aprendem o básico e param, por motivos pessoais ou falta de incentivo, e pela falta de acesso a uma educação de qualidade gratuita, o que afeta grande parte da população, principalmente a mais carente. Isso acarreta que uma parte da população esteja despreparada para o mercado de trabalho, principalmente para assumir cargos que exijam maior entendimento para situações mais complexas decorrentes, sobretudo, do aumento do uso da tecnologia.

Com o passar dos anos, percebe-se que é cada vez maior a utilização da escrita e tudo o que ela proporciona ou facilita, a ponto de o oral praticamente perder a validade. Foi-se o tempo em que a palavra de um homem garantia negócios, acordos, tratados etc. Não existe uma empresa que não utilize a escrita e obviamente a leitura. Em um banco, por exemplo, é impossível imaginar que essa instituição exista sem seus contratos firmados por meio da escrita e junto à interpretação dessa escrita, para que o contratante possa entender do que se trata (Miranda, 2010).

De acordo com Miranda (2010), no passado se falava de leitura e interpretação, como se uma fosse possível sem a outra, porém, hoje sabemos que é impossível ler sem interpretar ou compreender. O conceito de texto implica a ideia de textualidade, de encadeamento, de articulação e coerência.

Com isso, o objetivo deste trabalho é entender o que é o analfabetismo funcional em sua face atual, bem como identificar suas contradições com o exercício pleno dos Direitos Humanos. Para isso, serão considerados três objetivos específicos: 1. Conceituar o que é analfabetismo funcional; 2. Verificar os índices mais recentes de acordo com o Índice Nacional de Analfabetismo Funcional (Inaf), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); 3. Verificar as contradições entre analfabetismo funcional e direitos humanos, considerando a Declaração de Direitos Humanos, proclamada pela ONU em 1948.

A pesquisa tem caráter bibliográfico e documental. Entende-se que a pesquisa bibliográfica, inserida no meio acadêmico, tem como objetivo o aperfeiçoamento e a atualização do conhecimento, por meio de uma análise científica de obras já publicadas. A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental estão próximas uma da outra, sendo diferenciadas pela natureza das fontes. Para Gonsalves (2001), a pesquisa bibliográfica é caracterizada pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos e revistas, entre outros. Ela diz que a finalidade desse tipo de pesquisa é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do tema.

A pesquisa documental está presente na análise de documentos, para encontrar respostas às questões suscitadas. De acordo com Gonsalves (2001), a pesquisa documental utiliza as fontes primárias, que são os dados originais produzidos pelas próprias pessoas que os coletaram, ou seja, ocorre uma relação direta da fonte com o acontecimento, da pessoa com o registro.

2 Conceito de Analfabeto Funcional

É preocupante ver que em nosso país parte significativa dos alunos conclui o Ensino Fundamental e Médio, e até mesmo o Ensino Superior, sem o domínio das competências básicas – ler e escrever –, e sem deixar de lado os que não concluem, sabendo muito menos do que deveriam saber. É difícil escolher qual o pior cenário entre os dois.

Esses são, sem dúvida, desafios que devem ser enfrentados não só nas escolas, mas também pela sociedade e pelos governos. A escola como instituição de ensino deve se questionar se realmente tem se empenhado no desenvolvimento pleno das habilidades de escrita e de leitura dos educandos.

Segundo Soares (2009), em suas reflexões sobre letramento, à medida que o analfabetismo vai sendo superado e um número cada vez maior de pessoas aprende a ler e a escrever, um novo fenômeno entra em evidência. Segundo ela, “as pessoas se alfabetizam,

aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente [...] adquirem competência para usar a leitura e a escrita” (Soares, 2009, p. 45).

Consoante Miranda (2010), aqueles que não sabem utilizar a leitura e a escrita como práticas sociais são considerados analfabetos funcionais. A autora enfatiza que esses estão desviados dos processos de seleção de emprego e do exercício pleno de direitos como cidadãos, por não dominarem as habilidades da escrita, leitura e cálculos básicos. Essa ênfase que ela dá é principalmente em razão do capitalismo e seu mercado de trabalho, que avança com as tecnologias e torna o mercado desleal para essa categoria.

Um estudo interessante que faz uma abordagem sobre os alunos analfabetos funcionais é o de Pereira (2011), que investigou a problemática do analfabetismo funcional a partir do aluno que ainda está matriculado, frequenta regularmente a escola, mas não consegue aprender os conteúdos. O autor procurou um ponto de vista histórico e sociológico ao longo do seu trabalho, por meio da investigação para saber quem são esses alunos tidos como fracassados e o que representam as estatísticas, quais suas histórias de vida, de escolaridade, e como se relacionam com a escola e com o saber. Seu trabalho tendeu à discussão do problema do insucesso na escola a partir da singularidade do sujeito, buscando reconhecer também o cenário em que esses alunos se inserem. Em outras palavras, o objetivo do trabalho dele foi compreender os aspectos da vida social e escolar de alunos que continuam inseridos na instituição escolar e que conseguiram finalizar a escolarização básica, mas não tiveram sucesso em se apropriarem dos conhecimentos básicos que garantiriam sua inserção na sociedade letrada. Uma afirmação de Pereira (2011) produziu, em especial, um questionamento importante: “trata-se de uma parcela de alunos que constitui as estatísticas de fracasso escolar, alunos que ‘fracassam’ na escola e que, possivelmente, ‘fracassam’ fora dela”. (Pereira, 2011, p. 1).

De acordo com Toledo (2015), a questão do uso da linguagem escrita como forma de inserção nas sociedades letradas também pode ficar comprometida. A urgência de se desenvolver habilidades, cada vez mais complexas, para se versar as novas tecnologias da informação e da comunicação tem trazido a necessidade de se repensar o desempenho educacional dos alunos, sejam crianças, jovens ou adolescentes.

Hoje em dia é possível se deparar com jovens que, mesmo sendo "alfabetizados", não conseguem compreender mensagens simples, como uma carta, um aviso, um anúncio de jornal. Essas dificuldades, presentes dentro e fora das salas de aula, estão relacionadas à questão do letramento ou do analfabetismo funcional” e se referem “às habilidades de leitura e escrita de textos em diferentes gêneros e funções sociais” (Toledo, 2015, p. 14). Ou seja:

A criança e o adolescente aprendem as letras, as sílabas e as palavras no processo inicial de alfabetização, mas não conseguem aprender a fazer uso da palavra escrita de maneira significativa e criativa em seu cotidiano, como sugere, por exemplo, a concepção de Paulo Freire” (Toledo, 2015, p. 14-15).

Isso questiona o processo de escolarização e uma de suas funções mais importantes, que é a construção do conhecimento mediado pela linguagem.

É importante ressaltar o sentimento dos educadores nesse processo, que muitas vezes se sentem incapazes de ajudar os alunos, por receio e traumas causados por conta de condutas violentas, que partem não só dos alunos, mas até de pais que não gostam de ser contrariados com relação ao modo de educar os filhos. Pereira (2008) diz que se percebe um grande sentimento de impotência por parte das instituições e de seus educadores, diante de amostras e condutas de crianças e jovens que causam conflitos no espaço escolar.

Com relação aos conflitos entre professores e alunos, Pereira (2008), por exemplo, faz ponderações importantes sobre a questão da falta de autoridade docente e as frequentes queixas dos professores diante do desinteresse dos alunos, do constrangimento, da ofensa, e do dissenso na relação professor-aluno, o que ele aponta como “sintoma social”.

Pereira (2008), ainda, faz uma reflexão a respeito das tentativas e buscas de novas formas de trabalho pedagógico, junto com novas metodologias que sejam menos tradicionais e novas tecnologias capaz de promover o interesse e a aprendizagem mais expressiva de crianças e adolescentes. Junto com o desinteresse dos alunos, somam-se as faltas de preparo do professor, do tempo de estudo e de preparo para o planejamento do que vai ser ensinado, além da falta de recursos materiais e pedagógicos e de inovações, para que se promovam maiores estímulo e interesse do aluno ao aprender.

De acordo com o Inaf (Brasil, 2024), um em cada quatro brasileiros que cursaram ou estavam cursando o Ensino Fundamental II foi classificado como analfabeto funcional, o que significa que essa pessoa consegue apenas localizar informações em textos curtos e realizar operações simples de matemática.

Segundo o Inep (Brasil, 2022), o Brasil tem cerca de 16 milhões de analfabetos com idade igual ou superior a 15 anos e 30 milhões de analfabetos funcionais, que são as pessoas que têm menos de quatro anos de estudo. Então se considera analfabeto funcional aquele que tem mais de 15 anos de idade e menos de 4 anos de estudo.

Para Diel (2014), aqueles conhecidos como analfabetos funcionais sabem ler, conseguem resolver alguns cálculos simples de matemática, mas têm muita dificuldade na compreensão do texto ou não o compreendem. Consequentemente, esses cidadãos não podem

cumprir tarefas simples e pouco complexas em sua vida pessoal, principalmente, no campo profissional.

3 Índices de Analfabetismo Funcional no Brasil

De acordo com o Inaf (Brasil, 2024), os resultados obtidos no decorrer das dez edições, em um período de 17 anos, que durou de 2001 a 2018, mostrou significativa redução do número de analfabetos na população brasileira, caindo de 12%, em 2001-2002, para 4%, em 2015, ainda que na edição de 2018 tenha sido observado um acréscimo desse patamar, no limite da margem de erro.

Com o passar dos anos, ocorreu também diminuição do quantitativo de brasileiros no nível rudimentar - que são as pessoas que fazem uso bastante limitado da leitura, da escrita e das operações matemáticas em suas tarefas do cotidiano -, de 27%, em 2001-2002, para um patamar estabilizado de pouco mais de 20% desde 2009. (Brasil, 2024).

Esse importante avanço, de acordo com o Inaf (Brasil, 2024), indica que o Brasil, em 2018, tinha 14,5 milhões de analfabetos funcionais a menos do que teria se essa redução não houvesse ocorrido. Por outro lado, chama a atenção que o número de alfabetizados em nível proficiente permanece estagnado desde o início da série histórica, que ocorreu de 2001 a 2018, em torno de 12%. Ou seja, estão nesse montante apenas cerca de 17,4 milhões dos 144,7 milhões de brasileiros entre 15 e 64 anos.

Para um melhor entendimento, segue o Quadro 1, que explica a diminuição da porcentagem de analfabetos funcionais entre 2001 e 2018.

Quadro 1: Níveis de Alfabetismo no Brasil de acordo com o Inaf (2001-2018)

Níveis	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007	2009	2011	2015	2018
Analfabetos Funcionais	39 %	39 %	37%	37%	34%	27%	27%	27%	29%
Alfabetizados Funcionalmente	61%	61%	63%	63%	66%	73%	73%	73%	71%
Base	2000	2000	2001	2002	2002	2002	2002	2002	2002

Fonte: Brasil (2024).

Nesse quadro, observa-se a escala dividida em dois níveis: os analfabetos funcionais, que já conhecemos, e os alfabetizados funcionalmente, que são aqueles que têm o domínio da leitura e da escrita e conseguem resolver problemas mais avançados, ou seja, são considerados 100% alfabetizados e cursaram todos os anos letivos sem pular as séries. Observa-se que entre

2001 e 2005 foram calculadas médias móveis de dois em dois anos, porque naquele período as habilidades de letramento e numeramento foram medidas separadamente em cada ano (Brasil, 2024).

É preciso entender também como funciona a metodologia de pesquisa do Inaf, que a cada edição faz uma entrevista com 2.002 pessoas, com idade entre 15 e 64 anos, residentes em zonas urbanas e rurais de todas as regiões do país. Os resultados da pesquisa têm um intervalo de confiança considerado de 95% e uma margem de erro máxima avaliada de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Essas entrevistas são realizadas presencialmente em domicílio, cujo resultado é exposto de acordo com a destinação proporcional à população brasileira em cada região, seja Norte, Nordeste, Centro, Centro-Oeste, Sul ou Sudeste. Em cada uma das regiões brasileiras, são selecionadas amostras com o método de Probabilidade Proporcional ao Tamanho (PPT). A escolha das pessoas entrevistadas é feita por cotas, que são proporcionais aos dados populacionais do IBGE mais recentes (Censo ou Pnad), depois segue a ordem de sexo, idade, escolaridade e condição de ocupação. Os resultados obtidos são submetidos à Teoria da Resposta ao Item (TRI) para que assim se construa uma escala de proficiência.

Para que se possa ter uma estimativa dos níveis de alfabetismo, é aplicado um teste cognitivo de alfabetismo, que é composto por 32 itens que abordam as situações do cotidiano. Nesse teste, são avaliadas duas dimensões do alfabetismo: a primeira sendo de textos verbais utilizando bilhetes, notícias, instruções, textos narrativos, e a segunda contendo textos numéricos, gráficos, tabelas, mapas, folhetos de ofertas do comércio, entre outros. Para o Inaf, essas duas dimensões são compreendidas, respectivamente, como Letramento e Numeramento.

A cada entrevistado se aplica também um questionário contextual, que aborda temas do dia a dia em diferentes campos, sobre vida doméstica, trabalho, situações de consumo, lazer e outros ambientes da vida social. Com o tempo, tanto o teste quanto o questionário contextual vêm crescentemente incorporando elementos do contexto digital.

Até a edição de 2018 do Inaf, toda a definição de amostras com a coleta e o processamento de dados foi feita por especialistas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). Para o desenvolvimento dos instrumentos de avaliação de habilidades, assim como para a interpretação dos resultados, o Inaf conta com a Ação Educativa, que é uma organização que desenvolve, há duas décadas, projetos de pesquisa e intervenção no campo da alfabetização e da educação de jovens e adultos, além de contribuir com especialistas para importantes centros universitários do país.

Desde a edição de 2018, a coordenação do estudo do Inaf passou a contar com a parceria da Conhecimento Social, que é uma organização sem fins lucrativos que promove a participação social por meio da construção coletiva de conhecimento, conectando e mobilizando pessoas, grupos e organizações para estimular a compreensão e transformação de seus contextos. Essa instituição ficou responsável pela divulgação dos resultados e pela construção de parcerias institucionais, com o objetivo de ampliar o potencial de incidência do indicador.

Consultando o *site* do Inep, foram encontrados dados mais atuais, segundo os quais os números que monitoram as metas do Plano Nacional da Educação (PNE) (Brasil, 2015) mostram que a supressão do analfabetismo adulto até 2024 está a 5,8 pontos percentuais de ser alcançada. A taxa de alfabetização da população de 15 anos de idade ou mais é de 94,2%. Esses dados foram atualizados pelo Inep e divulgados no Painel de Monitoramento do PNE, em junho (Brasil, 2023).

O PNE estabelece 20 metas a serem atingidas em 10 anos, a partir da sua aprovação em 2014, cujos objetivos são voltados à garantia do direito à educação com qualidade, afirmando o acesso, a universalidade do ensino obrigatório e a ampliação das oportunidades educacionais. O documento também destaca metas que são voltadas à diminuição das desigualdades, à elevação da diversidade, à valorização dos profissionais da educação e de um acréscimo no investimento para a educação.

De acordo com o Inep (Brasil, 2022), esses dados apontam que o analfabetismo funcional da população dessa faixa etária chegou a 12,7% em 2020. Então, com isso, faltam 3,5% para alcançar os 9,2% previstos para 2024. A meta 9, estabelecida pelo PNE, situa que, até lá, o analfabetismo funcional seja reduzido em 50% e o analfabetismo absoluto, erradicado.

Com relação ao monitoramento, o Inep é responsável pelo acompanhamento dos apontadores das metas do PNE, por meio da publicação de estudos para medir a evolução a cada dois anos. Além desses relatórios, o Instituto publica os Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, que ajudam a ampliar a compreensão do desenvolvimento do plano.

Fazendo uma avaliação regional, o IBGE, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Inep se reúnem para fazer um mapa do analfabetismo de todos os municípios brasileiros.

Esse mapa mostrou que a distribuição dos brasileiros que não sabem ler e escrever pelas diversas regiões do país está em uma elevada concentração nas grandes cidades. De um total de 5.507 municípios, em 125 estão 25% dos analfabetos do país, e 586 cidades respondem pela metade dos analfabetos da população com 15 anos ou mais, segundo dados de 2000. Entre os 100 municípios com a maior concentração de analfabetos estão 24 capitais. A cidade de São

Paulo apresenta o maior número de pessoas que não sabem ler e escrever, 383 mil, e em seguida está o Rio de Janeiro, com 199 mil pessoas (Brasil, 2022).

Na análise do grau de escolarização da população, que corresponde ao número médio de séries concluídas, obteve-se o resultado de que em apenas 19 cidades brasileiras a população tem um índice que corresponde às nove séries do Ensino Fundamental. Nos outros 1.796 municípios do país, a escolarização média da população é inferior a quatro séries concluídas, o que não é suficiente para o término do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, resultado que é muito preocupante, pois mostra o quão grande é a desigualdade nas regiões do Brasil (Brasil, 2022).

De acordo com o Inep (Brasil, 2022), a partir desses dados, o estudo revela que existe forte ligação entre o grau de instrução de ensino e a taxa de analfabetismo. Um exemplo seria a cidade de Niterói (RJ), que tem uma população com o maior número médio de séries concluídas do país, de 9,5 anos, e tem uma taxa de analfabetismo de 3,6%.

Em comparação, tem-se a cidade de Guaribas (PI), onde a população tem em média apenas 1,1 série concluída. Nesse município, a taxa de analfabetismo é de 59% e o analfabetismo funcional alcança quase 93% da população (Brasil, 2022).

Pode-se perceber que as diferenças regionais ficam em evidência quando se leva em conta o grau de instrução de ensino da população, sendo os 10 municípios com os melhores indicadores de grau de instrução de ensino das Regiões Sul e Sudeste, e as dez cidades com o menor número médio de séries concluídas das Regiões Norte e Nordeste.

De acordo com a referida pesquisa do Inep (Brasil, 2022), as taxas de analfabetismo estão diretamente relacionadas à renda familiar. Segundo os dados apresentados pelo Mapa do Analfabetismo, nos domicílios que têm renda superior a 10 salários-mínimos, o índice é de apenas 1,4%, enquanto nas famílias com renda inferior a um salário-mínimo o índice alcança 29%.

Na região Nordeste, se percebeu um contraste ainda maior, onde, nos domicílios com renda até um salário-mínimo, o índice é de cerca de 37% e, nas famílias com renda acima de 10 salários-mínimos, o analfabetismo é de 1,8% da população de 15 anos ou mais (Brasil, 2022).

Com relação à faixa etária, o mapa do Inep (Brasil, 2022) revela que o analfabetismo atinge pessoas de todas as idades, mas com magnitudes diferentes. Na faixa de 10 a 19 anos, o estudo indica que 7,4% da população é analfabeta, enquanto os analfabetos nas faixas etárias mais tardias foram criados pelo sistema educacional de décadas atrás. Ou seja, os analfabetos

mais jovens deveriam ter sido alfabetizados no decorrer dos últimos anos, mostrando assim a atual situação do Ensino Fundamental em nosso país.

A pesquisa mostra que a maior centralização de analfabetos está na população de 60 anos ou mais, em que 34% das pessoas não sabem ler e escrever. O relatório da pesquisa aponta estratégias específicas voltadas para cada segmento etário e os trabalhos na área registram que os alunos recém-alfabetizados devem ser imediatamente orientados a ir para o ensino regular, para que se evite uma das características mais comuns em programas de alfabetização em massa, que é o retorno à condição de analfabeto em um curto prazo de tempo. Esses geralmente são os alunos que chegam para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Brasil, 2022).

Enfatizando a localização, a pesquisa comprovou que no meio rural brasileiro o índice de analfabetismo é três vezes superior ao da população urbana, com 28,7% e 9,5%, simultaneamente. Os embates regionais são bastante aguçados, quando se faz uma comparação da situação no campo. No Nordeste, encontrou-se a pior situação, com índice de 40,7%, alcançando 49,2% no Estado do Piauí. Já a melhor situação está na Região Sul, com 11,9% de analfabetos na área rural (Brasil, 2022).

4 Analfabetismo Funcional e suas contradições acerca da Declaração de Direitos Humanos

Para compreendermos as contradições entre o que diz a Declaração de Direitos Humanos e as causas do analfabetismo funcional, é preciso mencionar o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, ONU, em 1948, que diz que “toda pessoa tem direito à instrução”, que deverá ser “gratuita pelo menos nos graus elementares e fundamentais” e que a “instrução elementar é obrigatória” (Unicef, 1948, n.p.).

Ainda tratando do artigo 26 e, por conseguinte, do conceito de instrução, inscrito no inciso II do citado artigo:

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos Direitos Humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (Unicef, 1948, n. p.).

Levando em consideração que a leitura refletida contribuirá para que as pessoas individual e coletivamente busquem com mais clareza o exercício da cidadania plena, a ideia de “instrução”, de acordo com a Declaração, vincula-se ao domínio das habilidades de escrita

e de leitura pelos indivíduos. A partir daí surge a questão de que não é possível desenvolver esses valores tão importantes sem essas práticas sociais.

É preciso que se garanta o mínimo de instrução para os cidadãos, independentemente da idade, mas sobretudo nos primeiros anos, que é quando se constrói a personalidade da criança, quando ela vai desenvolver a vontade de buscar conhecimento e aprimorá-lo. Porém, é preciso que essa criança, jovem ou adulto, tenha à sua disposição as condições necessárias para que possa desenvolver esse conhecimento, pois, sem o acesso necessário à educação, o resultado é o aumento da evasão.

Essa evasão forma cidadãos, considerados analfabetos funcionais, que não estão aptos à plena compreensão, que é ressaltada na Declaração de Direitos Humanos. A partir dessa compreensão, esse cidadão vai poder analisar e entender a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz, nela mencionada.

É imprescindível que as políticas públicas atuem de maneira mais assertiva com relação ao tratamento da educação no país, pois não há possibilidade do cumprimento dos direitos básicos do cidadão sem as condições e incentivos necessários. Como menciona Fé (2020), “as políticas públicas, lastreadas na legislatura nacional e incorporadas ao ambiente social, não podem retroceder. Elas independem da ideologia política” do governo, apesar de o “governo ter amplo espaço democrático para aplicá-las no seu programa de governo” (Fé, 2020, p. 93). De acordo com os índices levantados no tópico anterior, percebe-se que muitos deixam as escolas por conta da falta de condições do acesso e pela necessidade de ajudar nas despesas da casa. Percebe-se que é um problema complexo, que somente poderá ser resolvido com políticas públicas comprometidas e realmente voltadas a combater o analfabetismo.

5 Considerações Finais

Este estudo, diante do problema de pesquisa proposto, buscou identificar a face atual do analfabetismo funcional e suas contradições com o exercício pleno dos Direitos Humanos. Em relação ao primeiro objetivo, a respeito do conceito de analfabetismo funcional, concluiu-se que analfabeto funcional é a pessoa que consegue apenas localizar informações em textos curtos e realizar operações simples de matemática, ou seja, a pessoa que apenas teve acesso ao básico do ensino escolar e concluiu as primeiras séries, ou às vezes nem isso. Por falta de condições para ir à escola e até mesmo por ter que ajudar na renda da casa, é importante ressaltar que os analfabetos funcionais, geralmente, são os alunos que frequentam a EJA.

Quanto ao segundo objetivo proposto, percebeu-se que, de acordo com as instituições de pesquisa Inaf (Brasil, 2024), Inep (Brasil, 2022) e IBGE (2019), os índices de analfabetismo funcional, que têm uma concentração maior no Nordeste brasileiro e nas cidades mais carentes das regiões metropolitanas do Brasil, estão diminuindo. As fontes de pesquisa, principalmente as do Inaf, não são tão recentes quanto se esperava. No entanto, a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação em 2014, com a proposta de obter um resultado em 10 anos, mostra que a supressão do analfabetismo adulto até 2024 esteve a 5,8 pontos percentuais de ser alcançada, o que, segundo o PNE, é uma média boa.

Como resposta ao terceiro objetivo, sobre as contradições entre analfabetismo funcional e direitos humanos, considerando a Declaração de Direitos Humanos, proclamada pela ONU em 1948, fica claro que a ideia de “instrução”, que está contida na declaração, passa pelos usos sociais da escrita e da leitura pelos indivíduos, porém não ocorre na prática, como mostram os índices pesquisados neste trabalho. Sem o mínimo de instrução, o cidadão não tem capacidade de desenvolver conhecimentos que irão ajudá-lo na compreensão de, por exemplo, leis mais simples que tratam de seus direitos e deveres como cidadão e, principalmente, no que diz respeito ao seu próprio desenvolvimento. De acordo com o Inaf (Brasil, 2024), parte dos analfabetos funcionais tem o diploma de Ensino Fundamental ou Médio e mesmo assim não sabem concluir leituras e cálculos simples, tendo dificuldade nas leituras.

É preocupante ver em nosso país que parte significativa de nossos alunos conclui o Ensino Fundamental e Médio, e até mesmo o Ensino Superior, sem o domínio dessas competências básicas, sendo o motivo muitas vezes atrelado às facilidades que o aluno encontra, principalmente os alunos mais velhos, na hora de concluir essas etapas, seja por meio de exames supletivos, cursos *on-line* e até mesmo por falta de compromisso dentro da escola.

Os tópicos discutidos neste artigo são desafios que devem ser enfrentados não só pela sociedade, mas também pelos governos e pela escola enquanto instituição. Esta, sobretudo, deve questionar se realmente tem se empenhado no desenvolvimento pleno das habilidades de escrita e de leitura dos educandos. É preciso que haja interesse por parte da escola em cobrar as melhorias necessárias para que o atendimento aos alunos seja completo. Ela deve se questionar também se aquilo que ensina tem validade, não só dentro dela, mas para a vida prática das pessoas. Por outro lado, cabe aos governos investigarem se suas políticas educacionais têm garantido a “instrução”, em sentido amplo, conforme está na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Constituição da República Federativa do Brasil.

A partir dos dados analisados, percebe-se que houve uma melhora significativa com relação à queda do analfabetismo funcional e do analfabetismo em si no país, porém ainda é

pouco. Por tudo que se espera das autoridades competentes, sabe-se que é possível uma melhora consistente nesses dados, mas, para isso, é preciso que haja interesse e disposição dessas autoridades.

É preciso que haja oferta de uma educação de qualidade, assistida pelos direitos humanos e acompanhada de políticas públicas necessárias, para que possa proporcionar uma base sólida para o país. É com uma base sólida que se constrói uma nação capaz de questionar plenamente seus direitos e deveres perante a sociedade.

Referências

- BRASIL. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf. Acesso em: 25 nov. 2023.
- BRASIL. **Estudo detalha situação do analfabetismo no País**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/outros/estudo-detalha-situacao-do-analfabetismo-no-pais>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- BRASIL. **Painel de monitoramento do PNE**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- BRASIL. **Alfabetismo no Brasil**. Brasília, DF: Inaf, 2024. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- DIEL, B. L. Analfabetismo funcional: a inserção do cidadão analfabeto no mercado de trabalho. **Revista Eventos Pedagógicos**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 373-380, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/download/9498/5581/28345>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- FÉ, V. M. M. O campo de ação das políticas públicas e direitos humanos em 2019 e nos anos seguintes. **Humanidades em Perspectivas**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 83-94, 2020. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/59>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Editora Alínea, 2001.
- IBGE. **Atlas geográfico escolar: taxa de analfabetismo - 2019**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/brasil/indicadores-sociais/educacao/21900-taxa-de-analfabetismo-2019>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- MIRANDA, M. G. Analfabetismo funcional e direitos humanos. **Revista Interdisciplinar do Direito-Faculdade de Direito de Valença**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 179-184, 2010. Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/548>. Acesso em: 25 nov. 2024.

PEREIRA, M. R. **A impostura do mestre**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

PEREIRA, G. E. **Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (da Escola Pública) com grandes defasagens em relação às habilidades para a leitura e a escrita: investigando sujeitos e contextos**. 2011. 145f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/14226/1/Gilvan%20Elias%20Pereira.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SOARES, M. **Letramento**. São Paulo: Contexto, 2009.

TOLEDO, L. S. **Adolescentes em situação de analfabetismo funcional: contribuições da Psicanálise**. 2015. 263f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A3BJLG/1/tese_lucineia_revisada_em_pdf.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

UNICEF. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 07 fev. 2025.